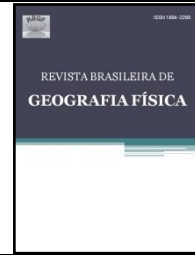




Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgfe



A INSERÇÃO ANTROPOGÊNICA NA CONSTRUÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO CENÁRIO DA PAISAGEM DO VALE DO ACARAÚ, CE

José Falcão Sobrinho

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA
Autor correspondente, email: falcao.sobral@gmail.com

Artigo submetido em 03/04/2014 e aceite 05/05/2014

RESUMO

O artigo nos remete a uma discussão na interação das atividades dos pequenos agricultores, estes sendo condicionados por condições que a natureza oferece. Interação esta que foi nosso objetivo maior da pesquisa. Oferece ainda referências sobre a ação do agricultor no processo erosivo do solo, enfatizando a erosão enquanto fenômeno cultural e tratou de perceber a natureza a partir da compartimentação geomorfológica, associando ao uso do solo os fatores de potencialidade e fragilidade dos recursos naturais sobrepostos ao relevo. Para o levantamento das informações sobre os vários tipos de intervenções da paisagem, efetuou-se trabalho de campo, percorrendo toda área da bacia hidrográfica, relatando e fotografando as várias formas de uso da terra. Conclui-se haver mudanças significativas no cenário das paisagens, principalmente pela utilização do solo agrícola.

Palavras chave: Cultura. Semiárido. História Ambiental

THE ANTHROPOGENIC INSERT IN THE CONSTRUCTION AND REORGANIZATION OF THE SCENERY LANDSCAPE OF VALE DO ACARAÚ-CE

ABSTRACT

The article leads us to a discussion on the interaction of small farmers activities, these being conditioned by conditions that nature offers. This interaction was our research biggest goal. Also provides references to the action of the farmer in the soil erosion process, emphasizing erosion as cultural phenomenon and tried to perceive the nature from the geomorphological subdivision, associating to the land use the potentiality and fragility factors of natural resources superposed to the relief. For gathering information about the various types of interventions landscape, we performed field work, covering the entire catchment area, reporting and photographing the various forms of land use. We conclude there are significant changes in the scenery of the countryside, especially the use of agricultural soil.

Keywords: Culture. Semiarid. Ambiental History.

Introdução

A área de estudo é denominada por Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú, e que vai ser tratada ao longo do texto por Vale do Acaraú como é popularmente conhecida, situa-se no Estado do Ceará, entre as coordenadas geográficas: latitude sul de 02°47' a 04°58' e longitude oeste de 39°40' a 40°51'. No cenário

de sua compartimentação geomorfológica, dispõem de paisagens com relevos elevados, superiores a 1000 m de altitude, os chamados maciços residuais úmidos (M.R.U.) e, relevos rebaixados, com altitudes de até 400 m, ocupando cerca de 90% do Vale, designado de superfície sertaneja (S.S.), além da zona litorânea (Z.L.), que é a área próxima ao Oceano Atlântico (figura 1).

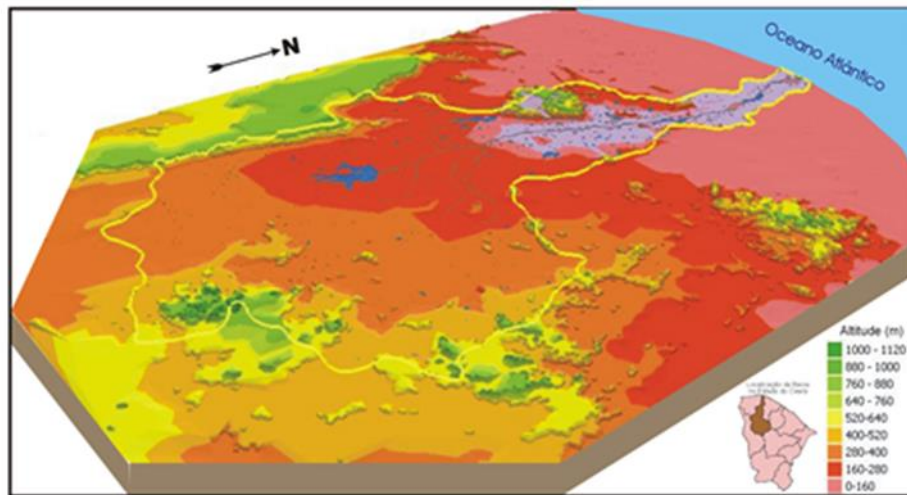


Figura 1: Representação da altitude do relevo do Vale do Acaraú. Organização: autor

Em tais ambientes, tem-se em comum, uma intensa cultura de subsistência, notadamente o milho e o feijão. A distribuição dos municípios, ao longo do Vale, dá-se da seguinte forma: (a) **maciço residual úmido**: Meruoca e Monsenhor Tabosa. (b) **superfície sertaneja**: Catunda, Cariré, Forquilha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Ipú, Ipueiras, Massapé, Mucambo, Nova Russas, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Sobral, Santa Quitéria, Tamboril e Varjota e (c) **zona litorânea**: Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Marco e Morrinhos.

No conjunto dos municípios que se inserem na mesma, se tem em sua totalidade um elevado percentual de áreas consideradas semiáridas (quadro 1).

Quanto aos problemas referentes ao uso do solo agrícola no semiárido cearense, a literatura ao tratar a respeito do clima do Estado do Ceará mostra que o mesmo está inserto, em quase sua totalidade, na área do Polígono das Secas. O clima, o semiárido, caracteriza-se por precipitação de chuva em torno de 500 a 600 milímetros por ano; os rios, em maioria, são intermitentes. No aspecto das paisagens vegetais, a caatinga predomina em grande parte no território cearense. Estas informações, no Vale do Acaraú, mostraram algumas diferenças no tratamento das informações, uma vez que, em várias localidades, a média das precipitações, nos últimos 22 anos, chegou a 700 a 800 mm e, em outros casos, ultrapassou a 1.000 mm.

Município	Compartimentação geomorfológica	% de área semiárida
Acaraú	Zona litorânea	76,7
Bela Cruz	Zona litorânea	100,0
Catunda	Superf. sertaneja	100,0

Cariré	Superf. sertaneja	100,0
Cruz	Zona litorânea	54,3
Forquilha	Superf. sertaneja	100,0
Graça	Superf. sertaneja	100,0
Groaíras	Superf. sertaneja	100,0
Hidrolândia	Superf. sertaneja	100,0
Ipú	Superf. sertaneja	67,0
Ipueiras	Superf. sertaneja	99,1
Marco	Zona litorânea	100,0
Massapê	Superf. sertaneja	98,5
Meruoca	Maciço residual úmido	12,6
Monsenhor Tabosa	Maciço residual úmido	100,0
Morrinhos	Zona litorânea	100,0
Mucambo	Superf. sertaneja	73,0
Nova Russas	Superf. sertaneja	100,0
Pacujá	Superf. sertaneja	100,0
Pires Ferreira	Superf. sertaneja	77,5
Reriutaba	Superf. sertaneja	61,4
Santana do Acaraú	Superf. sertaneja	100,0
Sobral	Superf. sertaneja	97,0
Santa Quitéria	Superf. sertaneja	100,0
Tamboril	Superf. sertaneja	100,0
Varjota	Superf. sertaneja	100,0

Fonte: FUNCEME, 1994.

Associada a esse quadro, tem-se a produção de alimentos através da prática da agricultura de subsistência que ocorre no período chuvoso compreendido de 1 a 6 primeiros meses de cada ano. Os seis meses restantes são ocupados pela colheita da castanha do caju e extração da carnaúba, quando existentes. De regra geral, caracteriza-se como um período de espera pela próxima estação chuvosa. Esperam os agricultores que tem terra para plantar. Na verdade, uma minoria, já que a estrutura agrária não contempla a todos, e quando permite o acesso a terra, não é oferecida os outros mecanismos (assistência técnica,

capital e informação) indispensáveis à produção.

Esse quadro, em que historicamente, as condições naturais são conhecidas desde o início da colonização, não vem sensibilizando o poder local para que medidas preventivas sejam tomadas. O agricultor é um produtor sem informação e desprovido de técnicas adequadas ao ambiente físico do semiárido. Desta forma, objetiva-se avaliar a relação que os pequenos agricultores do Vale do Acaraú exercem com as condições naturais que o referido ambiente oferece.

Procedimentos técnicos e operacionalização das atividades.

Para realização deste trabalho, o procedimento básico constou de uma seqüência metodológica em etapas distintas, por vezes realizadas simultaneamente, utilizando, ainda, materiais adequados à necessidade para o cumprimento dos objetivos propostos para realização da pesquisa. O tempo de partida foi o ano de 2009, no entanto o resgate do processo histórico de formação da área em questão foi imprescindível, estudos estes que podem ser verificados em Falcão Sobrinho (2009).

Para fins analíticos, foram trabalhados três municípios ao longo do Vale do Acaraú, traçando um perfil longitudinal no mesmo (figura 2) e tendo na compartimentação do relevo o requisito adotado. Elegeram-se o município de Monsenhor Tabosa (localizado em um maciço residual úmido), o município de Varjota (localizado na superfície sertaneja) e o município de Morrinhos (localizado na zona de tabuleiro litorâneo).

Adquiriu-se informações as mais diversas possíveis, a fim de aprofundar a temática em questão, bem como a fundamentação teórica. Foram considerados os aspectos da dinâmica do semiárido, sua estrutura, seus processos naturais e aspectos relacionados à ação da sociedade. Considerou-se, nesta etapa, os trabalhos realizados na área em questão, bem como outros registros em áreas do semiárido e, por fim, uma busca de trabalhos já desenvolvidos que contemplem o entendimento do cenário das paisagens do Estado do Ceará.

A coleta dos dados pluviométricos foi realizada junto à Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME), numa série temporal de 22 anos. Através da análise temporal das chuvas, foi possível obter informações sobre as influências das águas e sobre as condições atmosféricas como parte do sistema formador das paisagens.

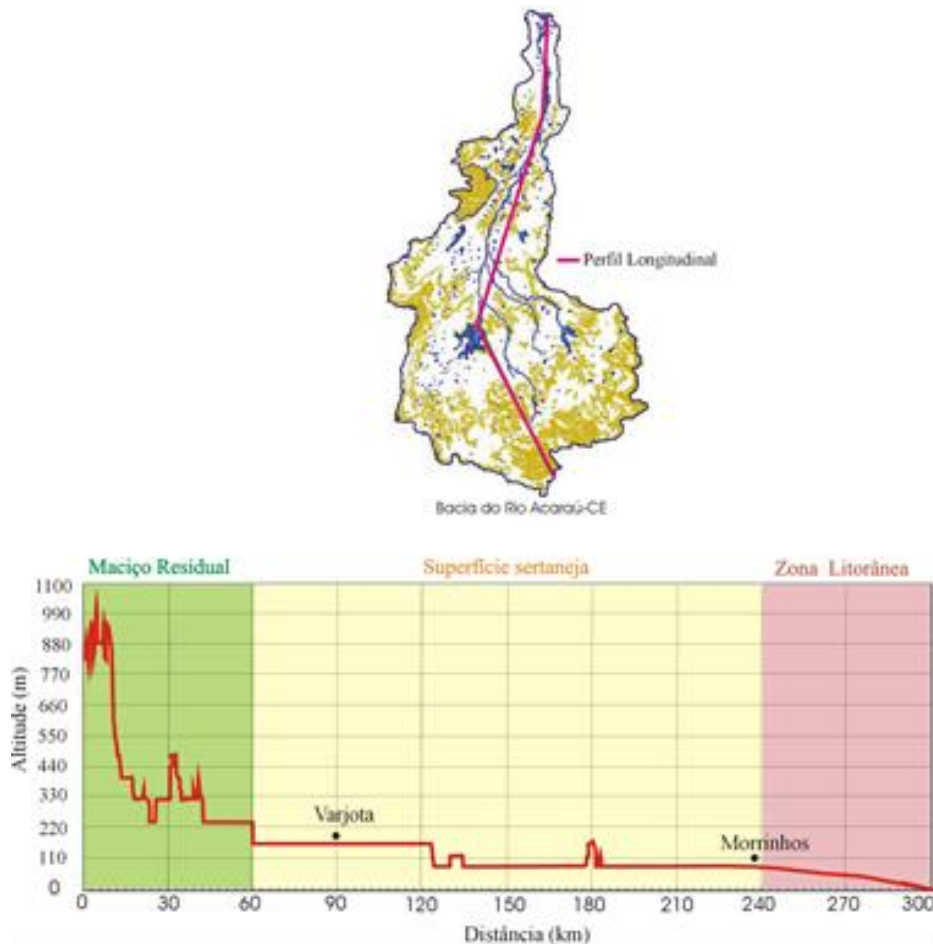


Figura 2: Perfil longitudinal do Vale do Acaraú. Organização: o autor

Para análise da Bacia do Rio Acaraú, foram coletadas informações sobre as condições hidrológicas: açudagem e áreas de irrigação. Para tanto, coletaram-se dados no Anuário Estatístico do Ceará-IPECE. (período 1985 a 2005). Na ocasião, foi possível obter os dados da produção agrícola e principais atividades agrícolas inseridos na área em questão, nas duas últimas décadas. Nos anos de 1992, 1992 e 1996, os dados não foram levantados pelo citado órgão.

O trabalho de campo foi feito a partir da aplicação dos questionários e entrevistas, nos anos de 2005 e 2006, ao longo dos anos e duas vezes ao mês, fase em que se pode manter um contato direto com o agricultor. A primeira etapa consistiu no contato direto com a comunidade local para fins de organizar a escolha da área a ser trabalhada, considerando sempre o pequeno agricultor, ou seja, área que tivessem até 10 ha de terra disponível, o que foi possível ter conhecimento através de centenas de quilômetros quadrados percorridos e em contato direto com o agricultor. Foram aplicados um total de 300 questionários, sendo 100 em cada município.

As temáticas inseridas no questionário foram: (a) dados cadastrais do agricultor, características físicas da propriedade; (b) formação do agricultor, a relação com a mão-de-obra; (c) atividades exploráveis na área; (d) infraestrutura do estabelecimento; (e) preparo e manejo da terra e (f) fator econômico do agricultor e a percepção do agricultor sobre o uso da terra. Para cada item citado, fez-se a subdivisão dos mesmos em tópicos. A fase das entrevistas procedeu ao do questionário, onde de forma espontânea o agricultor expressava livremente o seu pensar. Isso só era possível com a obtenção da confiança do entrevistado.

Para o levantamento das informações sobre os vários tipos de intervenções da paisagem, efetuou-se trabalho de campo, percorrendo toda a área da bacia hidrográfica, relatando e fotografando as várias formas de uso da terra, os agentes transformadores e o resgate da situação real em que se encontrava o cenário da paisagem.

Resultados e Discussão

Abordando sobre a busca da história ambiental, ou paisagens históricas na Geografia, Falcão Sobrinho (2009) nos alerta para vários autores (SOUZA, 2000; GIRÃO, 1962; JUCÁ, 1989; LIMA e SILVA, 1982; GIRÃO e MARTINS FILHO, 1966; PRADO JR. 1994; ANDRADE, 1985, SAUER, 1927). Iniciando por Sauer quando coloca que:

Em primeiro lugar, é sistematicamente difícil analisar apenas a

partir da paisagem cultural atual e, então, ajustar suas características aparentemente mais antigas a suas origens históricas. Este pode ser um atalho conveniente e até um meio de alcançar concisão. Contudo, é questão do maior interesse observar as transformações da paisagem cultural e considerar sua substituição por condições diferentes, possivelmente muito diferentes, de utilização da área. Esta reorientação periódica da utilização humana na área é certamente de interesse logicamente consistente para a geografia histórica. (SAUER, 1927).

Nesta perspectiva histórica, Souza (2000) afirma que a colonização do Ceará dar-se-á dentro de uma pretensão de ocupação da região Norte do Brasil já que os portugueses tinham interesse de ocupar regiões de domínio francês, no caso o Estado de Maranhão.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, esse território já era povoado pelos índios, por isso o precedente é se falar em repovoamento e não em povoamento, como geralmente se diz.

Segundo Souza (2000), os portugueses viam a terra como possibilidade de produção de alimentos, e viam na comunidade indígena sua principal fonte de mão-de-obra. Para tanto, os costumes desses povos teriam que ser substituídos por uma cultura do homem branco, desde suas práticas de serviço de mão-de-obra às suas crenças. A partir de então, iniciaram-se as primeiras relações entre a cultura do povo europeu e o indígena.

A perspectiva de se produzir a cana-de-açúcar na zona litorânea, assim como em outras áreas do litoral do Nordeste, acarretou uma frustração por parte dos colonizadores, daí a zona litorânea ter sido alvo de um outro tipo de exploração que, em muito, refletiu no cenário da paisagem, pois se tratava da vegetação, o que há mais de perceptível na paisagem. Girão (1962) salienta que a zona litorânea, quando ocupada pelos portugueses, propiciou uma série de produtos em sua vegetação, desde o algodão nativo, o manin ou amaniu dos aborígenes, hoje conhecidos com a denominação de crioulo ou interiuro, de espécie arbórea, como os paus de cores, tais como a tatajuba e o pau-violeta. Não havia o Pau Brasil. Hoje, nenhuma dessas espécies mencionadas é encontrada na zona litorânea de Acaraú.

Jucá (1989) argumenta que, ao contrário da cana de açúcar, que em outros Estados do Nordeste se destacava, no Ceará, a mesma não teve a mesma dimensão. Surgiu, então, um novo produto de valor de mercado no estado, trata-se da pecuária, a qual era tida como, em segundo

plano, nos demais estados e , mas, no Ceará encontrou um pólo propulsor no avanço de conquistas do sertão cearense, na ocupação da superfície sertaneja.

A atividade pecuária surgiu induzida pela atividade açucareira, nos demais estados do Nordeste, em função da disponibilidade de terras e o caráter extensivo do criatório que não exigia muita mão-de-obra. Os focos difusores da pecuária foram Bahia e Pernambuco. Na segunda metade do século XVII, o foco originário da Bahia alcança o rio São Francisco e daí toma duas direções. Uma, prossegue ao longo do rio São Francisco e a outra transpõe, já alcançando o Piauí ao final do século XVII, cujas condições naturais são bem mais favoráveis, pois as chuvas são mais frequentes e a qualidade da forragem é melhor (PRADO JR. 1994.).

Jucá (1989) lembra que os primeiros colonos não queiram criar gado no semi-árido, por considerá-lo ambiente inóspito. Porém, com o tempo, foram realizando uma adaptação. Houve, inclusive, instrumentos legais para que a pecuária se estabelecesse no interior. Para se ter uma idéia, Portugal envia carta régia em 1701, proibindo a criação de gado até dez léguas contadas a partir da faixa litorânea. Portanto, a pecuária ocupava o semiárido, atendendo ao imperativo de viabilizar a economia de interesse dos senhores de engenho e da Metrópole. Daí iniciou o avanço para o sertão cearense.

O homem localizava-se à margem dos rios, onde a água era, em geral, permanente e em pouco tempo havia fazendas nas cabecetas dos mais recuados riachos, nos ínvios sertões. Este fato é comprovado pelo surgimento das cidades, dentre as que compõem o Vale do Acaraú e edificaram as primeiras vilas as margens de um canal fluvial, têm-se: Acaraú, Bela Cruz, Morrinhos, Sobral, Massapê, Santa Quitéria, Hidrolândia, Ipú, Ipueiras e Nova Russas.

Em geral, edificava-se uma casa, com cobertura de palha, currais e adquiriram-se centena de cabeças, ocupando uma média de três léguas e, assim, estava instituída uma fazenda. A mão-de-obra utilizada compunha-se de, no máximo, 12 pessoas, em sua maioria formada por indígenas e mestiços, sem esquecer os fugitivos dos engenhos ou criminosos em busca de refúgio e segurança, de acordo com Lima e Silva (1982).

No Vale do Acaraú, o processo de ocupação foi similar, de acordo com Souza (2000). Os primeiros núcleos de ocupação:

Foram estabelecidos nas áreas da costa da ribeira do Acaraú, seguindo um comércio de produtos nativos, como madeiras, âmbar, abastecimentos de

navios na foz do Acaraú, com água doce, frutos e caças, A definitiva ocupação da ribeira do Acaraú deu-se com a instalação das fazendas de criar, com sítios e engenhos de mel, nas suas regiões serranas e no sertão. A penetração para o sertão deu-se pela subida dos rios Acaraú e seus afluentes em busca de terras e pastas para os rebanhos de gado, Ao encontrar área propícia para o estabelecimento da fazenda, edificaram-se casas, currais, e posteriormente solicitavam terras em sesmarias. p. 19.

Girão e Martins Filho (1966) comentam que a criação de gado no sertão prosperou rapidamente, isto porque não demandava custos. Exigia apenas um pequeno número de operários ou cuidados especiais. O gado transporta-se por si e dispensa bons caminhos, malgrado o índio indômito e as secas. Em breve, os campos mais distantes do litoral cobriam-se de fazendas de criar, espécies de amplos latifúndios, em cujos campos vagueavam enormes manadas de gados bravos.

A história permite-nos agora dizer que o processo de ocupação foi de exploração acentuada, tanto na zona litorânea, como na superfície sertaneja. Esta última tinha, na retirada da vegetação, a intenção de propiciar campos abertos para o gado, em que o limite para a projeção do rebanho era incerto. Nem mesmo existiam cercas para a delimitação de áreas.

Jucá (1989) relembra, ainda, que as condições de bem-estar eram bastante precárias quando das primeiras ocupações dos sertões. E os reais pioneiros não eram os proprietários que continuariam vivendo no litoral. Mas, sobretudo, os dependentes. Não obstante, obtinham-se com facilidade o leite e a carne para alimentação. Aliás, até a primeira metade do século XIX, o alimento básico dos sertanejos ainda consistia na carne, associado ao milho e feijão, como cultura de subsistência.

Lima (1982) afirma que a ocupação dos chamados “sertões nordestinos”, a vinculação dessa vasta hinterlândia¹ semiárida com as demais zonas econômicas da Colônia permaneceu, por mais de dois séculos, extremamente débil, fato esse, provavelmente, relacionado com o caráter dessa ocupação, que se efetivou mediante o avanço e a reprodução dos rebanhos numa área de pastos pobres, onde a grande mobilidade do gado era condição para sua sobrevivência.

Com a efetivação do gado no cenário da paisagem da superfície sertaneja, seu comércio ganhou dimensão para outros estados, daí a

necessidade de exportá-lo. Como o percurso para os Estados do Sul era distante, criou-se a prática do charque, que consistia em sal na carne. A mesma passou ser transportada através dos portos. Começa, então, uma nova forma de relacionamento entre a zona litorânea e a superfície sertaneja.

Mediante tal situação, a configuração de ocupação do Vale do Acaraú tomou uma nova dimensão. Se no processo de ocupação do mesmo o percurso do rio possibilitou o adentramento do criado e a constituição de vilas e fazendas, consolidou-se, doutra sorte, com o retorno do próprio gado para fins de exportação.

Intensifica-se a solicitação das sesmarias, que era a forma de posse da terra que a Coroa Portuguesa dispunham para aqueles que colonizam a região. Segundo Souza (2000), as primeiras sesmarias doadas na região do Acaraú datam de 1688, para os que solicitaram terras para ocupar seus gados.

De acordo com a literatura (GIRÃO, 1962; MARTINS FILHO; GIRÃO, 1964; JUCÁ, 1989) a pecuária sertaneja atingira seu ápice a partir da primeira metade do século XVIII, sobretudo com a Carta Régia de 1701, que proíbe a criação de gado até dez léguas contadas a partir da faixa litorânea, quando o gado atenderia, de forma individual, aos centros do litoral da Bahia e Maranhão.

Segundo (GIRÃO, 1962; MARTINS FILHO; GIRÃO, 1964; JUCÁ, 1989), a criação e comercialização da carne seca, conhecida como “carne do Ceará”, sofreria sérios revezes, no final do referido século, em virtude das secas, sobretudo com a ocorrida no período de 1790-93, conhecida como “Seca Grande”. Constituiu um marcante obstáculo frente à expansão do processo criatório. A partir de então, as técnicas de charqueadas seriam transferidas dos sertões do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí para o Rio Grande do Sul que assumiram a exportação de charque.

Surge, com isso, um novo ciclo na ocupação da superfície sertaneja, o algodão. Este já vinha sendo cultivado junto com a criação de gado e começou dividir a espaço com a criação do gado. As áreas elevadas, com potencial de umidade, foram destinadas a um uso intenso dessa ocupação.

Associado à pecuária, o algodão passou a constituir um complemento indispensável dessa atividade, uma vez que proporcionava alimento suplementar para o gado. Essa complementaridade se mantém até o presente sem que o algodão tenha logrado superar economicamente a atividade tradicional da hinterlândia – o criatório bovino -, mantendo, ao contrário, o caráter subordinado de lavoura de

subsistência com que foi cultivado desde o início.

Segundo Lima e Silva (1982), desse modo, os grandes proprietários poderiam aumentar seus lucros associando o algodão à atividade econômica tradicional – o criatório -, enquanto os pequenos agricultores contavam com a vantagem de poder consorciar na mesma parcela os produtos básicos para sua subsistência – mandioca, milho, feijão e fava – e o algodão, cuja venda lhes possibilitava adquirir roupas e outros utensílios de que necessitavam.

Jucá (1989) salienta que, no século XVIII, com o aperfeiçoamento técnico, o impulso da agricultura brasileira deveu-se a alta cotação do algodão, no mercado internacional, que conseguiria ultrapassar a posição assumida pelo açúcar. Apesar de cultivado pelos indígenas desde a época anterior à colonização, só com a expansão industrial inglesa o produto tornar-se-ia a principal matéria-prima requisitada pelas indústrias, superando o linho e a lã. Em virtude da crescente procura, o algodão ingressava no mercado internacional com acentuado valor. Esta percepção também é encontrada em Andrade (1985 a):

A decadência do Nordeste só não foi acentuada porque, com a revolução industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, intensificaram-se a cultura do algodão na região semi-árida. (p.20).

Para Andrade (1985 a), a cultura do algodão, nos tempos mais atuais teve uma importância significativa em nível estratégico de governo. Segundo autor devido à condição de semiaridez em que se criavam de forma extensiva o gado, em campo aberto, e de cultura de algodão, o governo federal utilizava a mão-de-obra flagelada para abrir e conservar estradas de rodagem. Essas estradas aproximaram o sertão do litoral, facilitando o intercâmbio e abrindo maiores perspectivas à utilização dos seus recursos.

Segundo os agricultores a vantagem de se plantar o algodão, além de ser pouco exigente em relação às condições clima, e que não exigia muito do solo, produzia junto, na mesma área, sua cultura de subsistência.

Para o agricultor, além das simples condições de produção, o beneficiamento do algodão não exigia técnicas requintadas. Mesmo assim, os recursos de descaroçamento permaneciam arcaicos. Ainda assim, permanece na memória dos agricultores o que representou o plantio do algodão (figura 3).

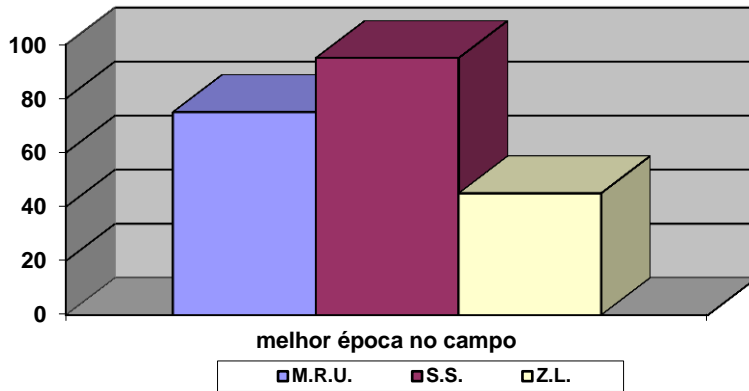


Figura 3: A cultura do algodão na memória do agricultor. Fonte: o autor

Nesse contexto de ocupação que se pautou o espaço cearense, onde as sesmarias eram destinadas, em muito, aos que destinavam as terras para criação do gado e cultivo do algodão, criou-se a concentração de terras, segundo Girão (1962):

O avanço colonizador ganhava terreno, fincando currais onde antes somente pisava o índio bravo. E cada curral iria ser uma fazenda da sesmaria. Multiplicaram-se as fazendas, pequenos mundos, maiores umas, menores outras, sem delimitação certa. (p.111).

áreas, é uma complementação para o latifúndio que necessita manter em suas imediações um exército de reserva que ele convoca nas ocasiões em que necessita de mais trabalhadores e que ele faz refluir para a área vizinha nas ocasiões em que essa mão-de-obra se torna desnecessária. Fato inconteste em uma economia agrícola, em que a necessidade de mão-de-obra aumenta e diminui continuamente, com a seqüência das estações do ano. (p. 47).

Segundo Andrade (1985 a):

Todos os estudiosos estão acordes de que o Brasil é, ao mesmo tempo, o país do latifúndio e do minifúndio. À primeira vista parece uma contradição esta afirmativa, mas os extremos se completam de vez que o minifúndio, muito numeroso e ocupando pequenas

Esta relação de dependência é verificada na atualidade, os vários agricultores necessitam, mesmo em época de chuva, trabalhar em áreas vizinhas, nas quais os proprietários detêm maior quantidade de terra, com presença de açudes, irrigação, adubos químicos e fertilizantes, realizando o mesmo trabalho, e sob condições diferenciadas de uso do solo (figura 4).

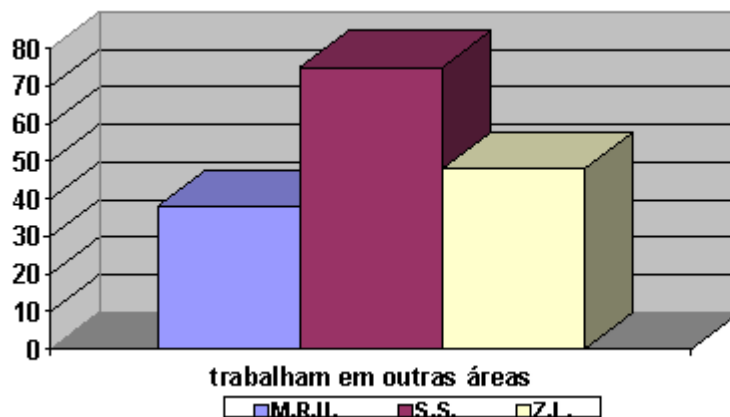


Figura 4: Agricultores que buscam trabalhos em outras áreas. Fonte: o autor

Neste cenário da paisagem, onde se tem um elevado índice de latifúndios, em que, depara-se com centenas de hectares de terras improdutivas, e uma acentuada escassez de recursos por parte do pequeno agricultor. Este sem terra, sem água, sem gado, que resiste

através de uma agricultura de subsistência, sob condição que atesta um alto grau de resistência. Em muitos casos, o agricultor vê-se obrigado a migrar para outras áreas. O quadro abaixo relata a permanência do agricultor na área.

Quadro 2: Perfil do tempo de moradia do agricultor no estabelecimento

Localidade	Quantidade de anos			
	+ de 30 anos	Entre 20 e 29 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 1 e 9 anos
Monsenhor Tabosa	100	-	-	-
Varjota	25	35	7	33
Morrinhos	75	10	14	1

Organização: o autor

A figura 5 a seguir, visualizada a permanência do agricultor na área.

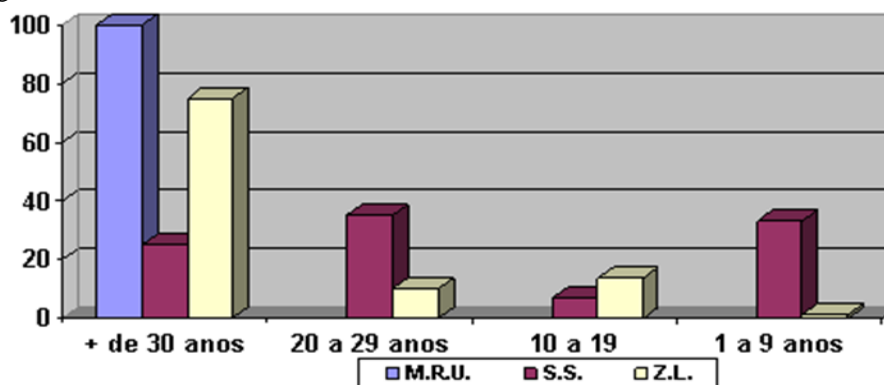


Figura 5: Tempo de moradia do agricultor. Fonte: o autor

Observa-se que na área do maciço, tem-se uma maior permanência de moradia, pois 100% dos entrevistados moram na área há mais de trinta anos, dando uma maior confiabilidade nas informações, pois acompanharam as mudanças no cenário da paisagem no decorrer de um processo histórico que resultou em sucessivo uso da terra.

Já na área da superfície sertaneja, valem relacionar um maior índice de flutuação da população (FALCÃO SOBRINHO, 2009),

devido em muito as dificuldades de sustentação da família, dificuldades no trato da terra e, em grande parte, em decorrência da escassez de chuva. Um outro fator agravante vem a ser o domínio do imóvel, pois, geralmente, a área pertence a um latifundiário. Tem sido constatado que 45% dos entrevistados são proprietários da terra, os demais; 35% são moradores e 20% moram em nível de favor, uma vez que a propriedade pertence a um familiar (figura 6).

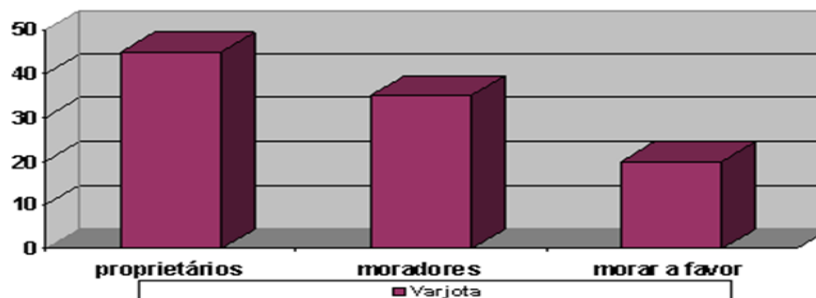


Figura 6: Tempo de moradia no imóvel. Fonte: o autor

Existe uma disparidade bastante elevada da permanência do agricultor na localidade, isto em função do próprio domínio do imóvel. No ambiente do maciço houve uma reforma agrária familiar, com isso uma permanência do homem na localidade, na superfície sertaneja. Há assim, o contraste, de uma área com um processo histórico atrelado ao latifúndio à flutuação da população. Uma aproximação de permanência na localidade verifica-se na zona litorânea, área esta que não ocasionou uma atração, exceto na orla marítima.

Esta fixação do agricultor da área de maciço faz reportar o enunciado de Souza (2000), quando afirma que nos sítios localizados geralmente nas serras:

São pouquíssimos os que detêm escravos. Estes eram administrados pelos rendeiros ou por moradores, não exigindo a presença de um grande número de escravos, sendo o trabalho baseado na unidade familiar cuja renda era destinada apenas à subsistência e para suprir o mercado da Vila, de frutas, mel, rapadura e cachaça. (p. 38).

O que parece similar nas três áreas é o tamanho da propriedade, onde se tem nas áreas próprias e emprestadas por familiares, um total de 95% com uma média de 5 a 7 hectares. No entanto, a forma de uso evidencia uma diversidade de culturas: o milho e o feijão são cultivados todos os anos, somente em época da chuva. A produção permanente é constituída por poucas árvores, algumas frutíferas encontradas, apenas, na serra e na zona litorânea. A mamona ainda se faz presente e de forma dispersa na superfície sertaneja. Encontra-se, também, nas áreas de maciços, principalmente em Monsenhor Tabosa.

Nas áreas úmidas em que a criação de gado não foi tão extensiva, devido principalmente a declividade das encostas, a forma de uso da terra também se fez depredadora no contexto da paisagem. Segundo Andrade (1985 a):

As porções mais úmidas, de serras, foram ocupadas por cafezais. No século XX, sobretudo após a abertura de estradas asfaltadas e de maior facilidade na distribuição de energia, com uma estrutura fundiária menor concentrada, transformou-se em área policultura, com algum desenvolvimento industrial e, nos pontos mais altos de clima

menos quente, em área de atração turística. (p. 14).

Ainda, segundo o autor:

A cultura do algodoeiro sofreu grandes oscilações, de acordo com a flutuação do comércio internacional, provocou nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX o desenvolvimento na área semi-árida, distante do litoral, o aparecimento da indústria de óleos vegetais que, a princípio, beneficiava apenas a semente do algodoeiro, o “caroço” do algodão, passando depois a beneficiar também sementes de outras eleoginosas como mamonas. (p. 73).

Este fato é verificado no Vale do Acaraú, principalmente nas áreas de maciço úmidas, onde a plantio da mamona se fazia intenso. Ainda hoje existe resquício pontual de mamona perfazendo o cenário da paisagem do Vale do Acaraú, sendo a serra das Matas a que tem a maior concentração da mesma. Na lembrança dos agricultores, ainda se faz presente. O cultivo da mamona na serra, estar na lembrança de 60% dos entrevistados, e em menor número nos demais ambientes, sendo 6% na superfície sertaneja e 2% na zona litorânea. Afirmaram os agricultores. Tempos estes lembrados como de “fartura”, pois propiciava um complemento de renda para os agricultores. Alguns ainda argumentaram: “os caçar repletos de caroços de mamona eram transportados pelo jegue”. (figura 7).

Hoje, o cenário acima exposto, com a presença do jegue é mais presente na área do litoral, quando na extração da palha da carnaúba.

È neste eventual processo de ocupação do Vale do Acaraú que se manifesta o atual cenário da paisagem, onde a degradação da vegetação é o que há de mais visível em um primeiro momento. No aspecto cultural, alguns fatos não são facilmente perceptíveis. A mão-de-obra esteve sempre ligada a agricultores com baixo índice de conhecimento, e que influi na sua condição de vida.

Assim, como em tempos passados, hoje, a falta de um nível elevado de escolaridade associado à falta de informação, seja de órgãos governamentais ou sociedade civil organizada, fazem com que o agricultor tenha uma condição mais precária de uso da terra, tendo a herança passada de pai para filho o mesmo determinante, a relação predatória do solo.



Figura 7: O jegue, figura rara no cenário da paisagem do Vale do Acaraú. Cariré (maio, 2005)
Fonte: o autor

Até mesmo o jegue, sinônimo da figura que acompanha o agricultor “o sertanejo” é uma peça que dificilmente não se apresenta no cenário da paisagem, pois sua “serventia” era para o transporte da mamona, do algodão, hoje não e tem o que transportar. Daí segundo os agricultores, o jegue apenas seria mais uma despesa.

Comumente, a associação dos agricultores volta-se à distribuição de sementes. E, através do rádio, o maior difusor de informação, fica mais direcionado aos programas de esporte, especialmente o futebol. Com isso, o agricultores reforçam a cultura da desinformação, da alienação (quando 3).

Quadro 3: Perfil do índice de escolaridade dos agricultores.

Município	Escolaridade		
	Analfabeto	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série
Monsenhor Tabosa	66	32	2
Varjota	91	8	0
Morrinhos	71	24	5

Organização: o autor

O índice do analfabetismo é bastante elevado, conforme figura 8, principalmente na superfície sertaneja, o que coincide com o

menor tempo de permanência do agricultor no estabelecimento.

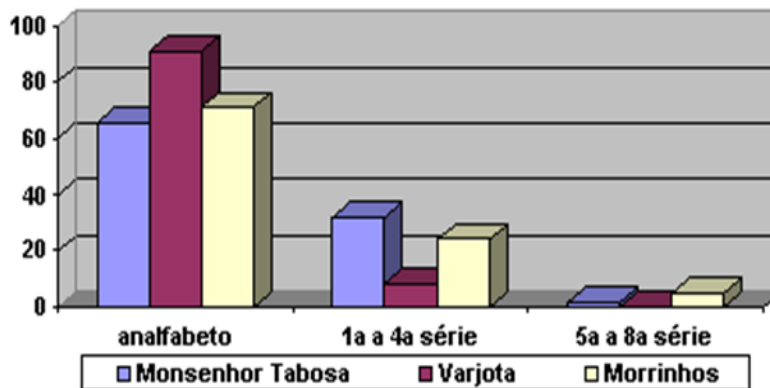


Figura 8: índice de analfabetismo. Fonte: o autor

Esta mesma falta de informação leva os agricultores, a usarem a terra de forma emotiva, sustentada na fé, quando afirmam ser o solo a sua fonte de sustentação, “uma benção da criação divina”, e se deparam na mais profunda contradição quando estabelecem uma relação desarmônica, no começo e no fim da produção já que o cultivo dá-se a partir de uma prática da queima, seguindo sempre de um plantio em fileiras, obedecendo à declive da vertente e, após a colheita, tem-se o eventual abandono da área.

A degradação que se processa no

sertão tem reflexos na atualidade de forma bastante significativa, em função das ações erosivas que se manifestam através das evidências, e de uma intensa compactação do solo através da criação do gado. Esta situação em que as áreas encontram-se intensamente degradada é conhecida como processo de desertificação, que ocupa grandes áreas, as quais coincidem com as áreas de maior criação de gado (quadro 4), como no caso de Sobral, Santa Quitéria e Tamboril, conforme mapa de áreas susceptíveis ao processo de desertificação, nos anexos.

Quadro 4: Distribuição do gado no Vale do Acaraú

Local	Efetivo Bovino					
	Quantidade (t)					
	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Acaraú	11.363	11.158	11.370	11.586	11.818	11.870
Bela Cruz	16.009	15.608	15.935	16.094	15.853	15.472
Catunda	8.825	6.618	6.948	7.086	6.731	7.000
Cariré	15.802	15.639	16.342	16.750	16.786	17.247
Cruz	4.203	4.089	4.174	4.216	4.258	4.308
Forquilha	8.338	8.415	8.520	8.604	8.776	8.995
Graça	2.822	2.798	2.779	2.948	2.980	3.034
Groaíras	3.959	3.954	3.951	3.946	4.005	4.093
Hidrolândia	14.650	9.815	7.852	8.088	7.440	7.812
Ipú	11.900	10.353	10.050	10.919	11.000	10.623
Ipueiras	15.400	10.455	10.100	10.850	10.800	11.188
Marco	9.252	9.113	9.286	9.366	9.320	9.250
Massapê	8.670	8.477	8.564	8.735	8.909	9.087
Meruoca	1.261	1.299	1.351	1.398	1.420	1.448
Mons. Tabosa	15.392	14.961	14.660	14.146	13.650	13.377
Morrinhos	5.404	5.268	5.394	5.400	5.375	5.420
Mucambo	3.416	3.446	3.461	3.513	3.580	3.610
Nova Russas	12.870	12.483	12.295	11.864	11.508	11.277
Pacujá	1.837	1.850	1.862	1.890	1.920	1.928
Pires Ferreira	6.000	5.280	5.100	5.715	5.000	4.836

Reriutaba	6.900	5.750	5.700	5.850	5.800	5.597
Santana Acaraú	25.175	23.140	23.949	24.236	24.840	25.460
Sobral	38.844	34.959	34.534	34.418	34.980	36.029
Santa Quitéria	58.890	41.223	36.500	38.325	34.875	35.746
Tamboril	37.638	36.584	36.035	34.809	33.590	32.851
Varjota	2.900	2.660	2.600	2.610	2.600	2.522

Fonte: IPECE (2006)

Andrade (1985b), faz um panorama da ocupação do nordeste e que reflete bem a ocupação no vale do Acaraú:

Ao flagelo climático, nem sequer escapam as serras úmidas. Por ocasião das grandes secas, como a atual, a produção dessas áreas reduz-se drasticamente, motivando a intensificação dos fluxos migratórios que abandonam o campo e as cidades locais e demandam os grandes centros urbanos regionais e extra-regionais. Nessas ocasiões, as serras – refúgio tradicional dos rebanhos e fonte alternativas de ocupação da mão-de-obra das áreas sertanejas circundantes – mostram-se incapazes não somente de sustentar o próprio contingente populacional, mas, sobretudo, de manter sua particularidade no abastecimento dos centros da Região. Na realidade, um dos grandes problemas da região seca é que sua ocupação foi feita sem levar em conta as condições dominantes, avançando o criador de gado e, depois, o plantador de algodão, sem se aperceberem das diferenças existentes entre esta e a porção litorânea úmida. (p.11).

Contextualiza a colonização Portuguesa:

A colonização portuguesa, inserida no capitalismo comercial, então em expansão importava apenas os rendimentos que poderia auferir da exploração da terra; para isso estimulava os grandes proprietários do litoral, ligados

aos poderosos políticos, a receberem terras em sesmarias, a dominarem os indígenas pela força, a destruírem a caatinga com a “coivara” a criarem bovinos e, em menor escala, caprinos, ovinos e suínos. Os bovinos, que se constituíram a mercadoria de mais valor, eram utilizados para fornecer aos povoadores do litoral e mata os animais de trabalho, a carne para a alimentação e o couro que tanto era utilizado na região como exportado. Fazia-se desse modo, na área sertaneja, uma ocupação inteiramente voltada para fora, tolerando-se apenas as culturas indispensáveis ao abastecimento da população local. (p.11)

E conclui:

O desequilíbrio ecológico seria acentuado no século XVII, com o desenvolvimento da cultura do algodão, com ele houve um crescimento exponencial da população e a necessidade de abastecimento dessa população, houve uma maior devastação da vegetação natural, tanto das caatingas como nas serras onde se desenvolvia a cultura de alimentação; houve também o surgimento das primeiras vilas e povoações e a intensificação do comércio com os portos do litoral. (p. 11).

Considerações Finais

O entendimento da paisagem atual revela uma consciência de forma de uso que foi requerida e expressada claramente pelos personagens (agricultores). As bases empíricas, sobrepostas e opostas, as realidades dos agricultores, espalhados nos maciços, na superfície sertaneja e na zona litorânea, descrevem o passado em que antes (há mais 20 anos atrás) existia desde uma vegetação que desapareceu, ou no presente, evidenciando uma rocha que “cresceu” (trata-se das rochas expostas pelo processo erosivo). Já que o cultural, aquele vivenciado pelo agricultor, é que nos traz a essência da paisagem cultural, principalmente do Vale do Acaraú.

A forma de uso concreta se manifesta no cenário da paisagem, expressa no fogo, no machado ou no carvão, refletindo traços deixados pela erosão pontilhados por todo o Vale do Acaraú e mais visíveis no alto do maciço da Serra das Matas, onde os efeitos nas vertentes mais inclinadas são mais perceptíveis.

O paradoxo que tal circunstância encerra revela-se elucidativo em todo o Vale do Acaraú. Os traços totalizantes da “cultura” fazem-se reconhecer desta a etimologia da palavra, Acaraú, vem do rio: de acará (peixe), mais guaçu (grande e mais hy (rio), proveniente do tupi.

A partir das situações vividas que nos fazem recorrer ao passado, à busca de mais subsídios, onde foi possível concluir que o processo de ocupação no Vale do Acaraú foi de maneira agressiva em relação não somente aos outros agricultores que já o habitavam, como também na própria natureza que parece ter sido degradada ao longo do processo, sendo mais atingida, principalmente as áreas mais planas, que davam condição de uso para mercadorias emergentes na época, como o gado e o algodão. Daí a superfície sertaneja, historicamente sofrida, mas, por que não dizer, forte e resistente.

No enclave mais úmido da Serra das Matas, onde os resquícios de florestas permanecem presentes, o verde resiste até mesmo à prolongada estação seca. Situação similar a esta, tem-se no verde do carnaúbal das planícies fluviais da zona litorânea. É o relevo expressando sua preponderância no cinza que se exalta na superfície sertaneja.

O enfoque dado aos questionários e às entrevistas demonstrou visíveis diferenças quanto ao fator relevo. Um exemplo é o índice

de permanência de moradia na Serra das Matas e na zona litorânea, em relação à superfície sertaneja. Isto se deve as condições mais favoráveis, para fixação do agricultor, que as duas áreas apresentaram e ainda apresentam em relação à área aplainada, com seu chão pedregoso e solo raso.

Uma outra constatação feita é o fator uso da terra, pois se tem na área litorânea e no maciço, possibilidade de uso diversificada. O revelo só não foi influente na paixão dos agricultores pela terra, a mesma que tanto ele desnuda na mais pura ingenuidade. Ingenuidade esta que veio acompanhando que começou na ribeira do Acaraú. Aí, sim, o relevo influenciou e foi por isso, determinante ao Vale do Acaraú.

¹*hinterlândia* corresponde a uma área (que pode se tratar de um município ou um conjunto de municípios) servida por um porto e a este conectada por uma rede de transportes, através da qual recebe e envia mercadorias ou passageiros (do porto ou para o porto)

APOIO: FUNCAP/CE

Referências

- Andrade, M.C. A. 1988. Nordeste - alternativas da agricultura. Campinas. Papirus.
- Andrade, M.C. A. 1985 a. Seca - realidade ou mito. Recife. Ed. ASA.
- Andrade, M.C.A. 1985 b. O caso do nordeste brasileiro. Editora ASA. Recife.
- Falcão Sobrinho, J. 2009. Geohistória ambiental do Vale do Acaraú. Sobral. Edições Universitárias da UVA.
- FUNCEME – 2006. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Dados de Precipitação do Estado do Ceará (1984 a 2005). Fortaleza.
- Girão, R. 1962. Pequena história do Ceará. Fortaleza. Ed. Instituto do Ceará.
- Girão, R.; MARTINS FILHO, M. 1966. O Ceará. Fortaleza. Instituto do Ceará.
- IPECE. Anuário Estatístico do Estado do Ceará. (1984 a 2005). Fortaleza, 2006.
- Jucá, G.N.M. 1989. À guisa de introdução. O espaço nordestino e o papel da pecuária e do Igodão. In. Souza, S. (coord.) História do Ceará.

- Lima, D.A.; SILVA, M. M. 1982. Sertão Norte. Recife. SUDENE.
- Prado JR. C. 1994. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo. Editora Brasiliense.
- Sauer, C. O. 2004. Desenvolvimentos recentes em geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) Geografia cultural – um século (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 04 – 99.
- SEPLAN – 1994. Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. Projeto Áridas. Ceará. SEPLAN.
- Souza, R.N.R. 2000. Rosário dos pretos de Sobral irmandade e festa (1854-1884). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 152p.
- SUDENE: 1972. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Folhas Sistemáticas do Estado do Ceará, escala 1:100.000, Recife. SUDENE.